

PRINCÍPIOS FEMINISTAS PARA A INTERNET



PREÂMBULO

Uma internet feminista tem o objetivo de empoderar mais mulheres e a população LGBTQIAPN+ - em todas as nossas diversidades - para desfrutar plenamente dos nossos direitos, participar no prazer e no jogo e dismantelar o patriarcado. Isso integra as nossas diferentes realidades, contextos e especificidades - incluindo idade, deficiências, sexualidades, identidades e expressões de gênero, situação socioeconômica, crenças políticas e religiosas, origens étnicas e marcadores raciais. Os seguintes princípios-chave são fundamentais para a realização de uma internet feminista.



ACESSO

1. Acesso à internet

Uma internet feminista começa possibilitando que mais mulheres e a população LGBTQIAPN+ desfrutem de acesso universal, aceitável, economicamente viável, incondicional, aberto, significativo e igualitário à internet.

2. Acesso à informação

Apoiamos e protegemos o acesso irrestrito a informações relevantes para mulheres e a população LGBTQIAPN+, especialmente informações sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, prazer, aborto seguro, acesso à justiça e questões LGBTQIAPN+. Isso inclui a diversidade de idiomas, habilidades, interesses e contextos.

3. Uso de tecnologia

As mulheres e a população LGBTQIAPN+ têm o direito de codificar, desenhar, adaptar e usar as TICs de forma crítica e sustentável e reivindicar a tecnologia como uma plataforma para a criatividade e a expressão, bem como desafiar as culturas de sexismo e discriminação em todos os espaços.



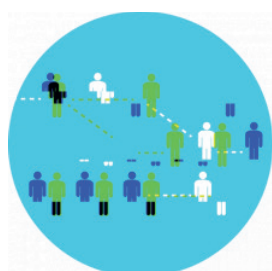
MOVIMENTOS E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

4. Resistência

A internet é um espaço onde as normas sociais são negociadas, desenvolvidas e impostas, muitas vezes como extensão de outros espaços moldados pelo patriarcado e pela heteronormatividade. Nossa luta por uma internet feminista dá continuidade à nossa resistência em outros espaços, sejam públicos, privados ou público-privados.

5. Construção do movimento feminista

A internet é um espaço político transformador. Ela facilita novas formas de cidadania que permitem aos indivíduos reivindicar, construir e expressar a si mesmos, seus gêneros e sexualidades. Isso inclui a conexão entre territórios, a exigência de prestação de contas e transparência e a criação de oportunidades para a construção de movimentos feministas sustentáveis.





6. Governança da internet

Acreditamos na possibilidade de desafiar os espaços e processos patriarcais que controlam a governança da internet, e inserir mais feministas e a população LGBTQIAPN+ nas tomadas de decisões. Queremos democratizar a elaboração de políticas que afetam a internet, bem como compartilhar a propriedade e o poder nas redes globais e locais.

ECONOMIA

7. Economias alternativas

Temos o compromisso de questionar a lógica capitalista que empurra a tecnologia a uma maior privatização, lucro e controle corporativo. Trabalhamos para criar formas alternativas de poder econômico baseadas em princípios de cooperação, solidariedade, bens comuns, justiça socioambiental e abertura.

8. Código aberto e gratuito

Estamos comprometidos com a criação e a experimentação de tecnologia, incluindo segurança e proteção digital, e com o uso de softwares, ferramentas e plataformas livres/libres e de código aberto (FLOSS). A promoção, a disseminação e o compartilhamento de conhecimento sobre o uso dos FLOSS são fundamentais para a nossa prática.



EXPRESSÃO

9. Amplificação do discurso feminista

Reivindicamos o poder da internet para amplificar as narrativas e as realidades vividas pelas mulheres e pelas pessoas LGBTQIAPN+, observando as diferenças de classe, raça/etnia e território. É necessário resistir ao Estado, à direita religiosa e a outras forças extremistas que monopolizam os discursos de moralidade, silenciando as vozes feministas e perseguindo os/as defensores/as dos direitos humanos das mulheres.

10. Liberdade de expressão

Defendemos o direito à expressão sexual como uma questão de liberdade de expressão não menos importante do que a expressão política ou religiosa. Nos opomos radicalmente aos esforços de atores estatais e não estatais para controlar, vigiar, regular e restringir a expressão feminista e LGBTQIAPN+ na internet por meio de tecnologia, legislação ou violência. Reconhecemos esses esforços como parte de um projeto político mais amplo de policiamento moral, censura e hierarquização da cidadania e dos direitos.



11. Pornografia e "conteúdo danoso"

Reconhecemos que a questão da pornografia on-line tem a ver com agência, consentimento, poder e trabalho. Rejeitamos as ligações causais simples feitas entre o consumo de conteúdo pornográfico e a violência contra a mulher. Também rejeitamos o uso do termo genérico "conteúdo danoso" para rotular a expressão da sexualidade feminina e transgênero. Apoiamos a reivindicação e a criação de conteúdo erótico alternativo que resista ao olhar patriarcal dominante e coloque os desejos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+ no centro.





AGÊNCIA

12. Consentimento

Chamamos a atenção para a necessidade de incorporar uma ética e uma política de consentimento à cultura, ao design, às políticas e aos termos de serviço das plataformas da internet. A agência das mulheres está em sua capacidade de tomar decisões informadas sobre quais aspectos de suas vidas públicas ou privadas devem ser compartilhados on-line.



13. Privacidade e Dados

Apoiamos o direito à privacidade e ao controle total sobre dados e informações pessoais on-line em todos os níveis. Rejeitamos as práticas dos Estados e das empresas privadas de usar dados para obter lucro e manipular o comportamento on-line. A vigilância é a ferramenta histórica do patriarcado, usada para controlar e restringir o corpo, a fala e o ativismo das mulheres. Damos a mesma atenção às práticas de vigilância por parte de indivíduos, do setor privado, do Estado e de agentes não estatais.



14. Memória

Temos o direito de exercer e manter o controle sobre nossa história pessoal e memória na internet. Isso inclui a possibilidade de acessar todos os nossos dados e informações pessoais on-line e de exercer controle sobre esses dados, inclusive saber quem tem acesso a eles e em que condições, e a possibilidade de excluí-los para sempre.



15. Anonimato

Defendemos o direito ao anonimato e rejeitamos todas as alegações de restrição do anonimato on-line. O anonimato possibilita nossa liberdade de expressão on-line, especialmente quando se trata de quebrar tabus de sexualidade e heteronormatividade, experimentar a identidade de gênero e possibilitar a segurança de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ afetadas por discriminação.



16. Crianças e jovens

Pedimos a inclusão das vozes e experiências dos jovens nas decisões tomadas sobre segurança on-line e a promoção de sua segurança, privacidade e acesso a informações. Reconhecemos o direito das crianças ao desenvolvimento emocional e sexual saudável, o que inclui o direito à privacidade e ao acesso a informações positivas sobre sexo, gênero e sexualidade em momentos críticos de suas vidas.

17. Violência on-line

Convocamos todas as partes interessadas na governança e uso da internet, inclusive usuários da internet, formuladores de políticas e o setor privado, a abordar a questão do assédio on-line e da violência relacionada à tecnologia. Os ataques, as ameaças, a intimidação e o policiamento sofridos por mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ são reais, prejudiciais e alarmantes, e fazem parte da questão mais ampla da violência de gênero. É nossa responsabilidade coletiva abordar e acabar com isso.